

A Participação das Instituições de Ensino Superior de Mineiros Enquanto Agências de Fomento de Capital Social no Desenvolvimento Regional

Participation of the Higher Education Institutions from Mineiros as Social Capital Promotion for Regional Development

Divino Barcelos de Menezes^a; Monica Franchi Carniello^{b*}

^a Universidade de Taubaté, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento e Desenvolvimento Regional. SP, Brasil.

^b Universidade de Taubaté, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão e Desenvolvimento Regional e em Planejamento e Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Desenvolvimento Regional. SP, Brasil.

*E-mail: monicafcarniello@gmail.com

Recebido em: 20/08/14. Aprovado em: 26/03/15

Resumo

As instituições de ensino superior configuram-se como agentes sociais que, pela natureza dessas organizações, tendem a ser potencializadoras de processos de desenvolvimento regional. A abordagem desta pesquisa fundamenta-se no conceito de capital social, que viabiliza a formação de redes de relações pautadas na cooperação e reconhecimento mútuo. O artigo tem como objetivo avaliar as relações das Instituições de Ensino Superior do município de Mineiros, no Estado de Goiás, Brasil, enquanto organismos sociais constituídos, de maneira a responder a seguinte questão de pesquisa: qual é o papel das Instituições de Ensino Superior instaladas em Mineiros/GO frente às ações que promovem e ao acúmulo de capital social, elemento contributivo dos processos de desenvolvimento regional? A pesquisa caracteriza-se como exploratória, quanto aos objetivos, de abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevista com os gestores das instituições de ensino superior instaladas no município. As dimensões analisadas foram: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva; informação e comunicação; coesão e inclusão social; e empoderamento e ação política. Verificou-se que há um enfoque predominante das instituições na formação técnica-profissional. Quanto à participação de grupos e redes, há certa similaridade no fato de participarem grupos que são característicos do meio, revelando a predominância de capital social estrutural. No que diz respeito a ações coletivas, as instituições limitam-se ao município de uma coletividade semelhante a um exército de reserva de mão de obra elementarmente qualificada. É consideravelmente baixa a capacidade de diálogo entre as instituições instaladas em Mineiros e os diferentes segmentos da sociedade civil organizada. Em síntese, o capital social das instituições, ainda que baixo, possui gênese prioritariamente estrutural.

Palavras-chave: Capital Social. Desenvolvimento Regional. Instituição de Ensino Superior.

Abstract

Institutions of higher education are characterized as social agents which, by the nature of these organizations, tend to be potentiating processes of regional development. The approach of this research is established on the concept of social capital, that enables the formation of relationships networks based on cooperation and mutual recognition. The article aims to evaluate the engagement of higher education institutions in the municipality of Mineiros, State of Goiás, Brazil, while social organizations set up in order to answer the following research question: what is the role of Higher Education Institutions installed in Mineiros/GO ahead for actions that promote the accumulation of capital, contributory element in the processes of regional development? The research is characterized as exploratory, with qualitative approach and data collection through interviews with managers of higher education institutions located in the city. The dimensions analyzed are: groups and networks; trust and solidarity; collective action; information and communication; social cohesion and inclusion; and empowerment and political action. It was found that there is a predominant focus of institutions in technical and professional training. Regarding the participation of groups and networks, there is a similarity on the fact of participating in groups that are characteristic of the area, revealing the predominance of structural social capital. The collective action of institutions are limited to formed workforce. It's pretty low the capacity for dialogue between the institutions located in Mineiros and the different segments of civil society. In summary, the social capital of institutions, although it's low has primarily structural genesis.

Keywords: Social Capital. Regional Development. Higher Education Institution.

1 Introdução

O conceito de desenvolvimento tem tomado, a partir da segunda metade do século XX, rumos distanciados da condicionante econômica pura e simples, atrelando-o a uma série de variáveis que condicionam a uma ampliação do termo, para ideais condições de vida, compreendidas pela alargada concepção de bem-estar social, vivenciada no coletivo.

A abrangência do termo passa então a ser sustentada por um conjunto de conceitos multidisciplinares pelos quais perpassam olhares culturais, políticos, econômicos e,

consequentemente, sociais.

Embora apresente uma cronologia recente, no ambiente acadêmico, o termo capital social manifesta-se em diferentes sentidos, do ponto de vista de sua vinculação teórico-metodológica, adquirindo grau acadêmico, enquanto status. A partir dos anos de 1980 insere-se como parte da expressão utilizada pela sociologia, antropologia, economia, política, administração e planejamento, partindo de seu acoplamento a conceitos originados nas teorias econômicas emergentes.

Autores como Bourdieu (1980), Coleman (1999), Putnam

(2006), Abu-El-Haj (1999), Singer (2004), Higgins (2003), Fukuyama (1996), Woolcock (1998), dentre outros, alertam que o desenvolvimento extrapola o sentido econômico, e, mais que isso, tem bases cravadas na cultura, nas políticas públicas que dizem respeito à saúde, à educação, ao lazer, ao esporte, enfim às condições de vida de todos os agentes desse ou daquele grupo, sociedade, estado, nação.

As sucessivas crises econômicas e as politizações dos cidadãos comuns culminaram nas aberturas políticas e econômicas, em alguns casos, aceleradas pelas mobilizações dos diferentes segmentos sociais, de caráter reivindicatório, que passam a figurar como motor mobilizador das metodologias de intervenção do Estado em atividades, tanto econômicas quanto nas relações político-sociais.

Dentre o conjunto de ferramentas teóricas que tem contribuído para a emergente concepção de desenvolvimento, o capital social, segundo Putnam (2006, p.180)

[...] normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. [...] Assim como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados.

Este artigo tem como objetivo avaliar as relações das Instituições de Ensino Superior (IES) do município de Mineiros, Estado de Goiás, Brasil, enquanto organismos sociais constituídos, de maneira a responder a seguinte questão de pesquisa: qual é o papel das Instituições de Ensino Superior instaladas em Mineiros/GO frente às ações que promovam e ao acúmulo de capital social, elemento contributivo dos processos de desenvolvimento regional?

2 Material e Métodos

2.1 Revisão de literatura

2.1.1 Capital social: orientação conceitual

Há décadas que a escolarização superior tem figurado como uma forma de contribuição para a efetivação do desenvolvimento local. Aspectos que dão às universidades condição de segmento com maior grau estrutural dentre as organizações, em relação a despertar uma leitura dos aspectos comuns. Segundo Lazzari, Koehntopp e Schmidt (2009, p.10),

[...] a participação das comunidades na estruturação das instituições, a integração dessas instituições às comunidades regionais, as formas inovadoras de gestão, o impulso ao desenvolvimento regional – e diferenças, derivadas da trajetória de cada qual, dos laços com o poder público e com a sociedade civil.

As análises preliminares em torno do termo capital social buscavam apenas explicações a acontecimentos restritos a determinados grupos e ou comunidades, portanto, sem pretensão e preocupações com investigações de caráter macrossocial.

Coleman (1999) entende o “capital social” como um recurso à disposição das pessoas e não da pessoa, uma vez

que, seu principal objeto deriva do processo de inter-relação entre os elementos, incluso nos macrogrupos, portanto, dependente da ação do indivíduo para a produção do bem coletivo, fortalecendo a compreensão de que o capital social não é uma única entidade,

[...] mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas elas consistem de algum aspecto das estruturas sociais, e elas facilitam certas ações de certos atores – sejam eles pessoas ou atores em agregado – dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a consecução de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é totalmente tangível, mas pode ser específico para certas atividades [...] (COLEMAN, 1999, p.20).

Assim, Coleman (1999) se deixa influenciar pela perspectiva individualista como sustentação do coletivo e das escolhas racionais, numa suposta alusão de confronto entre a questão em si e a habilidade de relacionamento do indivíduo frente às expectativas de reciprocidade simultâneas, quando se refere aos comportamentos fiáveis entre os pares, por acreditar que esses comportamentos constituem elementos de aprimoramento para a vida em sociedade, aumento da harmonia social, como por exemplo, a capacidade e o compromisso de obediência às normas sociais sistematizadas ou assistematizadas, legais e culturais, contribuindo para a criação e o desenvolvimento de acordos cooperativos em detrimento das posturas competitivas.

Segundo Castro (2009):

Esta permuta de favores, baseada na perspectiva da igual disponibilidade das partes, para dar e receber, é a essência daquilo a que Coleman chama as normas de ‘reciprocidade’, que pressupõe obrigações e expectativas, canais de informação e confiabilidade, bases fundamentais para poder existir capital social.

De acordo com suas investigações, Putnam (2006) crava base de seu conceito de capital social, no sentido de justificar os distintos níveis e resultados observados quanto ao desenvolvimento econômico do universo analisado, na clara afirmativa de que o capital social, se determina na capacidade de confiabilidade demonstrada, o que permite ações e atitudes colaborativas que vão se constituir como benefícios para toda a comunidade.

Castro (2009), ao analisar os estudos de Putnam, afirma que para ele,

[...] os factores sócio-culturais, exemplificando com tradições cívicas, capital social e práticas corporativas desempenham um papel muito importante nas diferenças regionais. Sendo a tradição comunitária uma prática de excelência que faz emergir a fidelidade nos negócios.

Conforme as concepções defendidas por Putnam (2006), a confiança constitui importante, senão o mais importante, indicador do capital social, embora reconheça as dificuldades de mensuração e correlação dessa mensuração.

Neste sentido o autor observa ainda que, organizações como sindicatos e partidos políticos, figuram como uma

espécie de incubadoras de preparação cívica, portanto, fortalecê-las permite precaver-se de possíveis déficits de capital social.

Putnam (2006, p.17) afirma que

[...] Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos [...].

A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente (PUTNAM, 2006).

As investigações de Putnam (2006) dão conta de que o capital social a propósito, sobrepõe as necessidades de flexibilizar, nos locais de trabalho, ambientes favoráveis e conciliadores das necessidades profissionais propriamente ditas, com as da família e da comunidade, permitindo caracterizá-los como locais em que se fermentem embrionariamente a existência de capital social.

Associando-se a Bourdieu (1980), Coleman (1999) e Putnam (2006), Fukuyama (1996), também dedicou estudos a respeito do capital social, acreditando que este se revela de formas materiais que necessita de ajustes para ser desenvolvido.

Fukuyama (1996) considera que apenas as condutas as quais atendem ao bem coletivo de fato produzem capital social, valorizando, desta forma, a obediência às normas como condição para produção de capital social; claro que incluindo confiança e obrigações de reciprocidade como elementos essenciais para essa composição, e que essas podem e devem ser partilhadas e disseminadas, conforme as necessidades dos diferentes grupos que compõem as sociedades, por reconhecer que este não é um procedimento comum para todos os grupos.

É preciso considerar, conforme propõe Higgis (2003, p.19)

[...] que a construção teórica do Capital Social é uma espécie de eclipse com dois focos. Em primeiro lugar, algumas definições desvendam que existem assimetrias na obtenção de recursos através das redes de relação social, este pode ser chamado, provisoriamente, como foco político. Em segundo lugar, outras partem do pressuposto de que relações de troca simétricas permitem a obtenção de recursos presentes nas estruturas de relação social, o que poderíamos chamar de foco utilitarista ou econômico. Além das diferenças, as duas perspectivas são convergentes na ideia de que as relações sociais constituem um patrimônio “não visível”, mas altamente eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. Neste sentido, se as relações estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social – os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação.

Em defesa do foco político, Bourdieu (1980), na literatura sociológica, foi quem pioneiramente utilizou o termo capital social, quando em estudos publicados na segunda metade do século XX, classifica o capital em econômico, humano, cultural e social, preocupando-se primordialmente em explicar as formas, instrumentos e mecanismos de

armazenagem e conversão. Para Bourdieu (1980), o capital social é sinônimo de algo natural enquanto recursos, reais ou potenciais, nutridos pelas redes de relações duradouras de familiaridades institucionalizadas, considerado diferentes graus de maturação, e que essas relações constituem os instrumentos tanto para obtenção quanto para qualificação e quantificação desses recursos, ao passo que o capital cultural, por não reconhecer o sistema educativo como reproduzidor da estrutura social, afasta-se da teoria econômica do capital humano.

Portanto, importa reconhecer que a sociedade contemporânea e seus modelos econômicos tenham buscado compreender além do lugar das práticas econômicas, e vê-las inseridas e conjugadas às práticas sociais.

Essa é uma clara demonstração de que o termo traz o entendimento da participação cívica, com maior ou menor ênfase. Capital social aparece como variável explicativa ou como variável dependente para o desenvolvimento regional, o que permite compreendê-lo como condição em que se incluem alternativas que vão desde o enfrentamento das desigualdades materiais e estruturais à efetiva busca de promoção do que Higgis (2003, p.194) considera “[...] à epidemiologia social de uma psicologia idealística do senso comum [...]”.

Sabendo-se da recente história do termo Capital Social e reconhecendo as múltiplas defesas e vinculação teórico-metodológicas, em configuração de grau acadêmico, que perpassaram e perpassam diferentes campos do saber, e do seu vínculo à teoria social associada às ciências econômicas, originalmente defendido por Bourdieu (1980), reconhece-se que na academia contemporânea, o conceito de capital sustenta a compreensão do desenvolvimento.

Para Neves, Pronko e Mendonça (2009),

[...] o capital pode ser considerado em sua forma econômica (‘capital econômico’) – quando o campo de sua aplicação for o das trocas mercantis, por exemplo, sem que isso implique desconhecer as formas culturais (capital cultural) ou sociais (capital social) de sua aplicação.

Nesta perspectiva Bourdieu (2011, p.86) assegura ainda que,

[...] acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital.

Higgis (2003, p.115) destaca que

[...] no trabalho de Putnam (1996) sobre o desempenho das instituições públicas italianas. [...] o conceito de capital social é importado com a finalidade de compreender a permanência histórica da que ele denomina como ‘comunidade cívica’.

Tal defesa conduz à dedução que as organizações sociais têm constituído em fontes geradoras de confiança e

por consequência, um valioso instrumento facilitador da cooperação.

Alguns autores, dentre os quais Uphoff (2000), sugerem uma tipologia de capital social. Uphoff (2000) propõe a distinção entre capital social estrutural e capital social cognitivo. O capital social estrutural relaciona-se com os formatos de organização social existentes na sociedade, formais ou informais, que se constituem como instrumentos de desenvolvimento das comunidades, normalizando as relações sociais, definindo papéis e regras de maneira a viabilizar o comportamento cooperativo. O capital social cognitivo é resultado de processos mentais fortalecidos pela cultura e ideologia de um grupo, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que por sua vez também colaboram para uma conduta cooperativa. Grootaert e Van Bastelaar (2001) afirmam que as duas formas de capital social podem ser complementares.

Aplicando a tipologia de Uphoff (2000) em instituições de ensino superior, foco desse trabalho, o capital social estrutural seria o resultante da estrutura hierárquica e organizacional inerente a esse tipo de instituição. Grupos de pesquisa, colegiados de curso, conselhos universitários são exemplos de estruturas institucionalizadas que por si só tem o potencial de gerar relacionamento entre pessoas, o que pode vir a ser capital social. Já no campo do capital social cognitivo, a atividade acadêmica, por sua natureza, gera afinidades intelectuais que podem relutar em coautorias, produções conjuntas, seminários e outras atividades cuja afinidade cognitiva é o elo e fator motivador.

O foco deste trabalho são, especificamente, as instituições de ensino superior, e foi verificado o capital social interinstitucional nas IES do município de Mineiros, GO.

2.2 Método

Norteados pelo objetivo do estudo, optou-se por uma pesquisa qualitativa e exploratória, tendo como campo originário as análises bibliográficas e documentais, bases para compreender as Instituições de Ensino Superior, de natureza administrativa estatal, instaladas na cidade de Mineiros, ao sudoeste do Estado de Goiás, enquanto potenciais agências de fomento de capital social, fundamentada na participação e no grau de confiabilidade despertada por suas condições de instituições que respondem pela formação técnico-profissional dos agentes e atores da sociedade que as nutrem.

Assim, a presente investigação é classificada como estudo de caso, tendo como recorte o município de Mineiros – GO, de caráter descritivo/exploratório, de abordagem qualitativa, motivada pelo desejo de compreender o capital social como fenômeno social com considerável grau de complexidade, assegurando reais possibilidades de, durante a investigação, preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), as investigações de enfoque qualitativo, primam pela busca

sustentada pela “[...] ‘dispersión o expansión’, de los datos e información, [...]”, alertando que em estudos dessa natureza a reflexão é o fio condutor, que orienta a fundamentação em si mesma, ao mesmo tempo que vincula o pesquisador aos participantes.

Ainda para os últimos autores, o processo de investigação qualitativa é flexível e se move entre os eventos, e as análises das entrevistas serão processadas em duas etapas:

- a) Na primeira – buscou-se identificar a configuração da instituição tendo como parâmetro os elementos constitutivos do capital social;
- b) Na segunda – se incluiu, análise das proposições legais e consequente associação aos programas/planejamento de desenvolvimento regional sustentável.

Com tal procedimento, os diferentes padrões se contrastam de forma clara e suficiente, permitindo uma interpretação pela comparação, capaz de apreender significados interligados ao contexto em que os agentes se inserem.

O roteiro para as entrevistas, adaptado segundo proposições de Grootaert *et al.* (2003), foi organizado considerando as seguintes dimensões: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; autoridade (*empowerment*) e ação política.

O projeto foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa. Para não identificar as instituições, estas foram nomeadas como EC1, EC2, EC3 e assim sucessivamente.

3 Resultados e Discussão

As respostas obtidas constituem a base da presente discussão cujo foco é sustentar a reflexão a respeito do capital social enquanto instrumento para o Desenvolvimento Regional e a participação das IES instaladas em Mineiros.

Frente às entrevistas coletadas, há sugestivas sustentações das concepções de uma Universidade, que mesmo inserida e contemporânea às mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, interfere superficialmente nos rumos que a sociedade mineirense tem tomado.

Minogue (1981, p.77), em análise sobre o conceito de universidade, afirma que “o distanciamento entre interesses práticos e objetivos acadêmicos deve ser visto não como uma tradição sobrevivente de épocas menos esclarecidas, mas como condição essencial de subsistência do mundo acadêmico”, nisto, a se observar as informações coletadas, sugerem que a organização metodológica da ideia de Universidade não se distancia substancialmente da ideia de organização instrumentalizada capaz de, embora nutrir os debates ideológicos sobre seu papel, distar-se do comprometimento cívico, como base para proporcionar instrumentos teóricos capazes de alterar as proposições advindas doutros segmentos.

Após a caracterização das instituições estudadas, são apresentadas as dimensões consideradas.

Quanto à caracterização das IES, as respostas às

indagações submetidas induzem ao entendimento que as Instituições de Ensino Superior - IES instaladas em Mineiros, substancialmente não diferem. Em se tratando de objetivos, todas têm a formação técnico-profissional como missão. Enquanto natureza administrativa, pertencem às esferas estatais e privadas, e quando estatais pertencem às três esferas administrativas (Federal, Estadual e Municipal). Das instituições instaladas, cinco são credenciadas como Universidades, uma como Instituto Federal, outra como Centro Universitário e mais uma como Faculdade. Apenas uma das instituições fora instalada em Mineiros há mais de uma década. Das entrevistadas, duas centram suas atividades em cursos de graduação, na modalidade presencial e as demais na modalidade EAD. Apenas uma das entrevistadas tem sua sede administrativa instalada na cidade, ao passo que as demais estão instaladas como polo de serviço ou unidade/polo. Dos cursos oferecidos na oportunidade da instalação, foram oferecidos, em declarações unânimes, afirmam que os fizeram em função da ausência de agências formadoras de mão de obra reclamadas pelo modelo de produção vigente à época, a exemplo da resposta da entrevistada EC1, quando indagada sobre a importância atribuída aos cursos oferecidos pelas IES na época de sua instalação para Mineiros e região, responde: “Todos, pois os cursos são implantados visando atender as necessidades da região” (EC1), embora seja observada a sobreposição de cursos oferecidos, justificando apenas a modalidade (presencial/EAD).

Quanto à Dimensão de Grupos e Redes, as informações coletadas demonstram além de reconhecida similaridade. Dão conta de que não há, de maneira sistematizada, efetiva participação e/ou relacionamento das IES a grupos e/ou organizações, senão àquelas que deram origem às respectivas estruturas administrativas, a exemplo de grupos empresarias, cuja atuação junto à comunidade local não caracteriza envolvimento político-ideológico desta, exceto em esporádicos programas extencionista ou de financiamento de atividades específicas, cuja duração não as caracteriza.

Registra-se a natureza declarada de EC4:

As IES estão vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, a qual, a Capes através da Diretoria de Educação a Distância (DED) formaliza junto aos reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) o processo de Implantação de Polos de Apoio Presencial do Sistema UAB, para dar cumprimento à Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, nesse processo os municípios devem submeter a proposta para sediar o Polo [...] (EC4).

Observa-se que, mesmo assim, de maneira similar, as IESs entrevistadas consideram importante a participação em grupos de natureza diversas daquelas de sua organização de origem. A exemplo do que considera EC1, quando indagada sobre os benefícios de fazer-se parte de tais grupos, responde: “Fortalecimento da Instituição, troca de experiências, intercâmbios com professores”.

Embora declarem disponibilidade para interação e trabalho

em associação, reconhecem que tal procedimento só ocorre em ocasiões esporádicas e tal ausência se dá por consequência das modalidades de atividades desenvolvidas.

Na dimensão Confiança e Solidariedade – as indagações indicam que o entendimento desses termos, são compreendidos apenas como identificação e capacidade técnica para o cumprimento da missão/atividades propositadas em suas bases constitutivas, ou seja, o grau de confiabilidade e solidariedade na relação IES e comunidade limita-se à formação técnico-profissional. Quando indagadas se as IES instaladas em Mineiros, praticam regularmente atividades que lhes incentivam respeito e confiança, exceto a EC1 foi contundente na negativa, as demais transferem a concepção de confiabilidade e solidariedade ao cumprimento das determinações legais, advindas dos órgãos gestores e ou fiscalizadores (MEC; Conselho Estadual de Educação e Conselho Profissionais Regionais), a exemplo do que entende a EC3 ao afirmar:

Sim. Claro, a gente vê que as, tanto nós como eles trabalha na graduação e na pós-graduação e a princípio, antes de tudo, a gente sabe que nós somos regidos pelo ou o MEC ou o Conselho Estadual, então fora os conselhos regionais de cada curso que é oferecido, então pra mim já só o do começar já gera esse respeito e essa confiança (EC3).

Tais posicionamentos são implicitamente sustentados quando se referem ao posicionamento das IES, em se tratando do relacionamento entre si. Os elementos eleitos como instrumento de distinção entre as IES limitam-se na modalidade de ensino que oferecem, embora, observam-se insistentes manifestações de prontidão para o estabelecimento de parcerias e ou cooperação, porém sem acenar para a natureza destas.

Em se tratando de procedimentos de cooperação entre as IES entrevistadas, observou-se, pelas respostas, que não há um efetivo processo estabelecido entre elas, senão em ocasiões esporádicas e sempre a convites. Não há posicionamentos, dentre as repostas indagadas, que induza à prática efetiva de atividade colaborativa e/ou em colaboração. Reconhece-se por tais posicionamentos que há um entendimento de suas particularidades como elementos que até justifique uma espécie de isolamento em si mesmas.

Mesmo reconhecendo que, enquanto agências de formação de mão de obra e ou qualificação técnica profissional, pode-se afirmar que, neste aspecto é possível confiar nas IES e consequentemente reconhecer que houve evolução nessa confiabilidade nos últimos cinco anos.

Embora, acenam para a necessidade de se estabelecer uma prática colaborativa entre elas e as IES, as respostas à indagação alusiva dão conta de que não há uma frequência e que as ocorrências limitam-se a atender apenas eventualidades, a ponto de EC1 afirmar que “Não se ajudam.” Embora afirme também, quando indagada sobre possível ocorrência de dependência de sua anuência para projetos para o Município de Mineiros, que não beneficie diretamente essa IES, “Se o

projeto for bom para o município com certeza tem todo o nosso apoio” (EC1).

Na dimensão Ação Coletiva e Cooperação - as indagações, no que diz respeito à cooperação, apresentam evidências de baixos indicativos de ações e atitudes desempenhadas pela IES ou em parceria, centradas na promoção do bem coletivo, senão no município de uma coletividade semelhante a um exército de reserva de mão de obra elementarmente qualificadas.

Quando indagadas sobre a participação em atividades (projetos) entre as IES, as respostas são contundentes em negar tal prática, embora nas duas indagações subsequentes, fazem alusão a participação em eventos promovidos, não só pelas IES, como também pela sociedade não acadêmica, porém destacam aquelas promovidas pelas próprias, conforme afirma EC3.

Geralmente nós temos congressos desenvolvidos na nossa instituição, nas outras instituições também, através de projetos desenvolvidos principalmente nas instituições de cunho governamental, através da prefeitura municipal, do ensino público, e sempre que somos convidados nós estamos dispostos a participar, por exemplo, os projetos de ação social, projetos de apoio à ação social, os projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, pela Unifemes também, que tem no seu bojo também a questão do ensino público e sempre que temos a oportunidades, nós colaboramos através desse projeto (EC3).

Embora as respostas concedidas sustentam que há uma participação das IES sem expressão ou próxima de insignificante, no que diz respeito ao seu envolvimento com as ações determinantes às atividades político-sociais direcionadas ao desenvolvimento local e ou regional, exceto quanto à formação e qualificação técnico-profissional dos agentes que atuam no modelo de produção/consumo local e regional, reconhecem a necessidade de ocuparem o espaço de agenciadores de ações promotoras do bem-estar da coletividade, conforme afirma EC1:

Acredito que contribuem e muito, de forma direta e ou indireta na qualificação de mão de obra, atividades de extensão e nos demais aspectos ainda não há uma consciência formada a respeito, mas aos poucos esta realidade deverá ser mudada. [...] Já há algumas iniciativas neste aspecto, não só das estatais, mas também das privadas como Projetos de Extensão (EC1).

Quanto à dimensão Informação e Comunicação – no que diz respeito a configuração das IES como agências promotoras de modelos e moldes de interlocução como propulsão da formação técnico-profissional superior, enquanto instrumento para o desenvolvimento local e regional, via preparação técnica dos agentes, afirmam a inexistência de tais canais de comunicação entre as IES, exceto aquelas de natureza específica, porém alheias às ideias e a função cooperativas da informação enquanto instrumento de interlocução para ações conjuntas que promovam o bem-estar coletivo via desenvolvimento social, reconhecendo, porém, que suas ações dizem respeito diretamente à preparação dos agentes

e atores políticos que promoverão as ações que garantirá o desenvolvimento individual e social dos partícipes de Mineiros e região.

Na dimensão Coesão e Inclusão Social - são insignificantes os indicativos de participação das IES nos movimentos sociais reivindicatórios promovidos pela sociedade civil ou em parceria, as informações coletadas sustentam apenas o reconhecimento da necessidade de ações que promovam as relações além das concepções assistencialistas das academias.

A dimensão Sociabilidade-Interações Sociais Cotidianas – embora as informações coletadas sustentem a inexistência de um diálogo entre as IES, todas afirmam a existência de um assistemático canal de comunicação entre as IES e seus arredores, reconhecendo ainda que a sistematização desse diálogo, configuraria fundamental instrumento de captação e caracterização de áreas de interferências das IES-Sociedade Civil a serviço da promoção e acúmulo de capital social, a serem dispostas a serviço do desenvolvimento local e regional, conforme afirma EC3

Ah! Nós temos que melhorar nosso diálogo.[...] Eu creio que apesar dos pesares nós temos um bom diálogo, mas nós precisamos melhorar muito não só o diálogo, mas as parcerias efetivas, para que a gente possa levar o ensino, em forma de extensão, para a população mineirense. [...] Olha! Eu creio que todos, não só a população mineirense, mas a da região ganharia muito e as IES, é efetivamente quem mais ganharia para o seu crescimento (EC3).

Na dimensão Autoridade ou Capacidade (*Empowerment*) e Ação Política – as informações coletadas mantiveram a sustentação da insignificante capacidade de participação das IES nos diferentes segmentos sócio-políticos, representando conseqüentemente ínfima capacidade de influenciar decisões a favor do desenvolvimento local e ou regional, senão a formatação de uma mão de obra elementarmente qualificada segundo a execução básica de atividades laborais.

Reconhece-se, via informações coletadas, que há um espaço ocioso a ser ocupado pelas IES, cuja necessidade básica é o fomento e/ou a promoção da capacidade dialógica que permita a permanente interferência para a formulação de postulações que garantam o bem estar da coletividade e permita o reconhecimento da IES como um agente político com papéis definidos coletivamente, conforme afirma EC3:

Ah! Eu acho que a gente pode influenciar mais, nós somos a parte da cabeça pensante dentro do município e eu creio que temos que melhorar nosso papel até de reconhecimento perante a sociedade e até trabalharmos para que a própria população reconheça o trabalho que é feito dentro das IES de Mineiros (EC3).

Concepção defendida também por EC1, ao afirmar: “Acredito que por ser uma instituição municipal, ela tem por obrigação provocar a participação em ações em favor da coletividade.”

Quando indagadas quanto às tomadas de decisões, formulações e execução de políticas públicas que favoreçam ou implementem o desenvolvimento local e regional e o

papel desempenhado pelas IES no processo, as considerações coletadas foram contundentes ao acusarem a ausência de uma rotina de planejamento que possa responder aos interesses coletivos, principalmente aos inerentes a ações que conduzam ou garantam o bem-estar social da coletividade, conforme afirmam EC1 e EC3.

Infelizmente não se percebe um planejamento local, nem regional com relação às tomadas de decisão de políticas públicas de desenvolvimento local e regional. As IES não são ouvidas nas tomadas de decisão e muitas vezes são pegadas de surpresa até mesmo quanto aos cursos que tem que implantar para formar a mão de obra necessária (EC1).

[...] Nós temos um papel significativo, mas talvez, entretanto, porém a gente não tem ocupado esse papel efetivo dentro do município. Sabemos que parte das decisões acontecem hoje políticas e social dentro do município e aparentemente a gente tem deixado de colocar os nossos posicionamentos (EC3).

A análise das dimensões que compõem o capital social permite identificar que as relações entre as IES são frágeis, de natureza essencialmente estrutural.

4 Conclusão

O artigo tem como objetivo avaliar as relações das Instituições de Ensino Superior do município de Mineiros, Estado de Goiás, Brasil, enquanto organismos sociais constituídos. Verificou-se que há um enfoque predominante das instituições na formação técnica-profissional. Quanto à participação de grupos e redes, há certa similaridade no fato de participarem de grupos que são característicos do meio, revelando a predominância de capital social estrutural. No que diz respeito a ações coletivas, as instituições limitam-se ao município de uma coletividade semelhante a um exército de reserva de mão de obra elementarmente qualificada. É consideravelmente baixa a capacidade de diálogo entre as instituições instaladas em Mineiros e os diferentes segmentos da sociedade civil organizada. Em síntese, o capital social das instituições, ainda que baixo, possui gênese prioritariamente estrutural.

Referências

- ABU-EL-HAJ, J. *A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará*. São Paulo: Annablume, 1999.
- BOURDIEU, P. Capital Social: notas provisórias. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.31, p.2-3, 1980.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CASTRO, M.F.C.M. *Capital social*. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. 2009. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/administracion-estrategia/capital-social-de-las-empresas.htm>> Acesso em: 27 ago. 2013.
- COLEMAN, J.S. Social capital in the creation of human capital. In: LESSER, L.L. *Knowledge and social capital: foundations and applications*. Boston: Heinemann, 1999.
- FUKUYAMA, F. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GROOTAERT C. et al. *Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)*. Grupo Temático sobre capital social. 2003. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2015.
- GROOTAERT, C.; VAN BASTELAER, T. *Understanding and measuring social capital: a synthesis of findings and recommendations from the social capital initiative*. 2001. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTSOCIALCAPITAL/Resources/Social-Capital-Initiative-Working-Paper-Series/SCI-WPS-24.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- HIGGINS, S.S. *O capital social está na moda: análise para sua reconstrução teórica*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.
- LAZZARI, N.J.; KOEHNTOPP, P.I.; SCHMIDT, J.P. Apresentação. In: SCHMIDT, J.P. (Org.) *Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.
- MINOGUE, K.R. *O conceito de universidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- NEVES, L.M.W.; PRONKO, M.A.; MENDONÇA, S.R. *Capital social. Dicionário Educação Profissional em Saúde*. 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capsoc.html>> Acesso em 30 mar. 2015.
- PUTNAM, R.D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. *Metodología de la investigación*. Mexico: McGraw-Hill Interamericana, 2006.
- SINGER, P. *Desenvolvimento: significado e estratégia*. Brasília: TEM; SNES. 2004.
- UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. *Social capital: a multifaceted perspective*. Washington: World Bank, 2000.
- WOOLCOCK, M. Capital de desenvolvimento econômico e social: em direção a uma síntese teórica e quadro político. *Teoria e Sociedade*, v.27, n.2, p.151-208, 1998.